Lei nº 7/64

Joaquim Chanes Casquet, Prefeito Municipal de Meridiano, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Estabelece as Disposições Referêntes ao Regime Tributário do Município de Meridiano.

Do Regime Tributário

Titulo I

Das Tributações Municipais do ponto de vista gurídico.

Capitulo I

Disposições Preliminares

Artº 1º - Ficam estabelecidas nésta Lei as disposições referêntes ao Regime Tributário do Município de Meridiano.

Artº 2º - As fontes de rendas Tributáveis do município, de acôrdo com a Constituição Federal, artigos 29 e 30, são:

I - o impôsto predial e territorial urbano;

II - o impôsto de licença;

III - o impôsto de indústrias e profissões;

IV - o impôsto de diversões públicas;

V - o impôsto sôbre atos de sua economia ou assuntos de sua competência;

VI - a contribuição de melhoria;

VII - as taxas;

VIII - as multas;

IX - o impôsto territorial rural;

X - o impôsto de transmissões imobiliárias, "Inter-Vivos"

Artº 3º - As disposições contidas nésta Lei aplican-s

no sentido estrito, excluida a analogia e a interpretação extensiva.

Capitulo II

Das isenções

Artº 4º — São isentos de tributações municipais:

I - Os bens móveis e imóveis que pertençam à União, Estado, e Municípios; estabelecimentos de instruções, bibliotecas, - instituições beneficientes e sociedades esportivas sem fim comercial, bem como os ocupados por templos religiosos e suas dependências indispensáveis.

II - Os atos em que a União, Estado, Município, estabelecimentos, sejam outorgados, bem como os referêntes às propriedades literárias e artísticas.

III - Os serviços da União e Estado ou regulados por suas leis, os referêntes ao ensino livre, os cultos religiosos, os pessoais - prestados a salários, os referêntes aos estabelecimentos de cura, os atinentes às relações entre os funcionários e suas repartições que encerrem expediente obrigatório, os que se refiram a vencimentos, diárias, contas e outros de interêsse conjugado.

IV - Os bens, atos e serviços com isenção consignada na Constituição Federal e Estadual.

Artº 5º - Só é permitido ao Município perdoar divida - ativa nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte, devendo a Lei respectiva ser aprovada pela Câmara.

Capitulo III

Das Restituições

Artº 6º — Os pedidos de restituições de tributações - individamente pagas só serão recebidas por via administrativa - se interpostos dentro do prazo a que se refere esta Lei e estiverem instruidos com o respectivo conhecimento ou com certidão expedidas pela repartição que houver recebidos a tributação.

Artº 7º - Nenhuma restituição de Tributação, exibido o conhecimento, se efetuará sem que se anote, na segunda via - daquela, o fato de ter a tributação sido restituida.

Artº 8º – As tributações em geral, só serão restituidas total ou parcialmente, nos casos de pagamentos em duplicatas, isenção legal, engano aritmético, aplicação excessiva em face da Lei bem como resoluções, sentenças anulatórias, inadimplemento da condição relativamente a atos ou contratos sujeitos a tributações.

Capítulo IV

Do Arbitramento

Artº 9º – Sempre que o fisco municipal e a parte não chegarem a um acôrdo quanto ao valor sôbre o qual tenha que incidir a tributação, poderá o contribuinte recorrer ao arbitramento extra judicial, que a processará nos têrmos dêste capítulo.

§ Unico – O arbitramento será procedido de compromisso por escrito particular, com duas testemunhas, no qual o fisco e o contribuinte darão o motivo da divergência e se louvarão em dois árbitros e dois suplentes, capazes e idôneos, aos quais conferirão a competência de elegerem um terceiro nos casos de laudos divergêntes.

I – Do Termo de Compromisso constarão os nomes e domicílios dos árbitros, o prazo em que deve ser dada a decissão, a condição de ser executada sem recurso e a pena que fique obrigado a parte que recorrer da decisão.

II – Quando a diligência do arbitramento houver de ser feita na séde do Município, o prazo para a sua realização se contará do termo de compromisso e será de cinco dias; quando fora da séde êsse prazo poderá ser dilatado por mais cinco dias, improrrogáveis.

III – Se por culpa do contribuinte, ou seus árbitros, a diligência do arbitramento não se fizer ou não se concluir nos prazos acima declarados prevalecerá o valor dado pelo fisco, no têrmo do compromisso para efeito de tributação em causa.

Artº 10º – A decisão do arbitramento obrigado ambas as partes na esfera administrativas, até a revisão do lançamento.

Artº 11º – No caso em que para o arbitramento se

exijam conhecimentos técnicos especializados, os árbitros e o desempatador devem ser escolhidos, obedecido êsse critério.

Artº 12º - Os arbitros perceberão as vantagens contadas no Regimento de Custas do Estado, para os arbitramentos judicial, as quais serão pagas parte vencidas.

Capítulo V

Das multas

Artº 13º - Os infratores désta Lei ficam sujeitos às seguintes cominações:

I - 10% (déz por cento) sôbre a importância devida em atrazo, os contribuintes das tributações periódicamente lançadas que não as pagarem nos prazos marcados em Lei, mas se quitarem dentro do exercício.

II - De Cr$. 1.000,00 (mil cruzeiros) a Cr$. 10.000,00 (déz mil cruzeiros) a critério do Prefeito, aos contribuintes que:

a) - se estabelecerem sem a necessária licença a que se refere o artigo 30º désta Lei;

b) - sonegarem área ou valor da propriedade, nos atos sujeitos a tributações;

c) - subtrairem ao fisco municipal, atos ou contratos sujeitos a tributações;

d) - falsificarem conhecimentos, guias ou outros quaisquer documentos relativos ao serviço fiscal municipal;

e) - iludir ou tentar iludir o fisco, mediante declarações falsas, com o intuito de abaster-se da cobrança de tributação ou reduzir-lhe a importância;

f) - cometerem infrações para as quais não haja cominação em dôbro.

Artº 14º - Ficam sujeitos a multa de Cr$. 1.000,00 (mil cruzeiros) a Cr$. 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) os funcionários municipais que tomarem para incidência das tributações, valor menor do que o real dos imóveis.

Artº 15º - Os autos de infração desta Lei terá -

lugar sempre que qualquer autoridade fiscal do Município surpreender alguém em tentativa ou prática de atos dos quais possa resultar evasão de rendas municipais.

Artº 16º - Em todos êstes casos, a autoridade fiscal - deverá notificar o infrator a pagar imediatamente as tributações devidas dentro dos prazos legais.

§ 1º - No caso de recusa, a autoridade fiscal lavrará o auto de infração, apreensão e depósito do qual constarão o dispositivos legal violando, características da infração e o seu - objeto, bem como os bens apreendidos e o seu depósito em mão de depositário público ou pessoa idônea, sempre mediante auto de - depósito.

§ 2º - Recusando-se o infrator a assinar o auto de infração, consignará nele a recusa a autoridade fiscal, que deverá ser confirmada por duas testemunhas, estranhas ao serviço público municipal e que subscreverão o auto, juntamente com a autuante.

Capitulo VI

Do Lançamento

Artº 17º - Os lançamentos dos impôsto, e taxas, - com excessão do Impôsto de Industrias e Profissões, serão feitos pelo funcionário competente e obrigatoriamente comunicados aos contribuintes, por aviso direto ou por publicação na folha encarregada do expediente oficial, ou ainda por edital afixado no local de costume, quando não haja imprensa periódica.

§ 1º - Contra lançamento idevido ou irregular, poderão os interessados reclamar dentro de 15 dias contados da publicação ou recebimento do aviso, excetuados os ambulantes transitórios.

§ 2º - As reclamações deverão ser feitas por meios de requerimentos dirigidos ao Prefeito e instruidas com provas dos fatos alegados.

§ 3º - Findo o prazo para o recurso, sem que haja reclamação, será considerado legal o lançamento e devido o impôsto

§ 4º - Se no caso de reclamação ou recurso, o despacho do Prefeito ou decisão superior forem proferidas depois de decorrida a época legal da arrecadação, será concedido 10 (dés) dias - para o pagamento.

§ 5º - Da decisão do Prefeito sôbre o lançamento de impôstos, contribuições ou taxas, poderá o interessado recorrer para a Câmara Municipal, dentro de 10 (déz) dias, contados da publicação ou comunicação do despacho.

Artº 18º - Nenhuma alteração do "quantum" de - qualquer lançamento será feito sem que seja deferida pelo Prefeito, em processo instaurado a requerimento da parte e convinientemente instruido, ouvido sempre o funcionário lançador.

Capítulo VII

Da Arrecadação

Artº 19º - Os contribuintes que não fizerem os pagamentos nos prazos estabelecidos nésta Lei, incorrerão na multa prevista no item I do artigo 13º desta Lei, sôbre a importância em - débito.

Artº 20º - Nenhum impôsto ou taxa será recolhido aos cofres municipais, sem a competente guia expedida pela Contadoria ou pelo advogado encarregado da cobrança ou, ainda, pelo cartório - onde correr o executivo.

Artº 21º - Quando for facultado o pagamento em prestações, considerar-se á vencido o todo com o não pagamento da primeira prestação.

§ Unico - Faz excecção à regra dêste artigo o impôsto de Indústrias e Profissões, que poderá ser pago em quatro prestações trimestrais e que se considerará vencido, pela sua totalidade, quando deixarem de ser pagas duas prestações.

Capítulo VIII

Da Cobrança Executiva

Artº 22º - Terminado o prazo para a cobrança de - qualquer impôsto ou taxa, a Contadoria extrairá certidão do lança-

mento e a entregará ao advogado encarregado de fazer a cobrança, mediante recibo.

§ 1º — As certidões entregues ao advogado deverão ser ajuizadas dentro de 30 (trinta) dias ou devolvidas à Prefeitura acompanhadas de ofício que contenha a exposição minuciosa das razões de fato ou de direito que desaconselhem a cobrança judicial.

§ 2º — As razões do advogado serão examinadas pelo Prefeito que poderá insistir pela cobrança se as não aceitar, ou quando estiverem corrigidos ou hajam desaparecidos os vícios, defeitos ou inconvenientes apontados.

Artº 23º — Depois da entrega das certidões, mas antes de ajuizadas, os recolhimentos das importâncias respectivas serão feitas com guia expedida pelo advogado.

Título II

Capítulo I

Do Impôsto de Licença Sôbre Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Similares.

Artº 24º — Nenhum estabelecimento comercial, industrial ou similar poderá instalar-se, sem que seja requerida licença e pago o respectivo impôsto, que fica fixado em 10% (dez por cento) sôbre o impôsto de industrias e Profissões.

§ 1º — Para o efeito de calculo, quando não houver lançamento ou pagamento prévio do impôsto de Industria e Profissões, o interessado indicará, no requerimento, os dados necessários para classificação do seu estabelecimento, de acôrdo com as tabelas daquele impôsto.

§ 2º — Sendo o impôsto de licença pago de acôrdo com o calculo referido no parágrafo anterior, ficará o contribuinte sujeito ao recolhimento imediato da diferença que se verificar em prejuizo do fisco, na classificação definitiva que posteriormente venha a ser feita.

Artº 25º — Os estabelecimentos referidos no artigo anterior ficam sujeitos ao impôsto de licença anual pela conti

nuação de seu funcionamento, em cada exercício posterior.

§ 1º - Este impôsto será, também, de 10% (déz por cento) sôbre o impôsto de Indústrias e Profissões.

§ 2º - As licenças para funcionamento fora das horas regulamentares, nos têrmos das leis especiais para abertura e fechamento do comércio, serão as constantes da Tabela Anexa nº 1.

Artº 26º - O impôsto para abertura de estabelecimentos será pago na época em que for expedida a respectiva licença e o de continuação de funcionamento, até o dia 31 de maio de cada ano, ambos, porém, mediante alvará que será prèviamente retirado na Secretária.

§ Único - Findo êste prazo, fica o contribuinte sujeito a imediata cobrança nos têrmos do Título I, Capítulo VIII.

Artº 27º - O estabelecimento que permanecer fechado por mais de 30 (trinta) dias, sem motivo justificado, não poderá reabrir suas portas sem obtenção e pagamento de nova licença.

Artº 28º - O estabelecimento que funcionar sem licença de abertura será fechado e ao seu infrator será imposta a multa de Cr-$. 1.000,00 (hum mil cruzeiros) a Cr-$. 10.000,00 (déz mil cruzeiros), sem prejuizo do impôsto devido.

§ 1º - Igual multa será imposta aos estabelecimentos que se tornarem danosos a saúde, sossêgo público e aos bons costumes.

§ 2º - No caso de reincidência na multa prevista no parágrafo anterior será cassada a licença e fechado o estabelecimento.

§ 3º - No caso de transferência de estabelecimentos comerciais, industriais e similares, é devido o pagamento das taxas constantes da Tabela Anexa nº 2, mediante requerimento do Prefeito.

§ 4º - Não serão concedidas transferências dos estabelecimentos referidos, sem prova de estar pago o impôsto até então devido, mediante documentos revestidos dos requisitos legais.

§ 5º - Tambem será negada a abertura aos mesmos estabelecimentos, cujo proprietário ou sócio seja devedor do Impôsto de Indústrias e Profissões ou de licença, tanto em sua -

firma individual ou coletiva, até que seja solvido o débito ante

Artº 29º - Os lançamentos do impôsto de licença serão escriturádos em livros especiais ou fichas próprias, rubricadas pelo Prefeito

Capítulo II

Do Impôsto de Licença Sôbre Negociantes Ambulantes

Artº 30º - Ninguem poderá exercer o comércio ambulant sem o prévio pagamento do impôsto de licença, de acôrdo com a Tabela Anexa nº 2

§ 1º - Para a conceção da licença, a Prefeitura exigirá do interessado provas de identidade, conduta e sanidade, sendo imediatamente lançado para o pagamento na mesma ocasião e se desejar recorrer ao Prefeito, deverá preencher as formalidades d artº 17º désta Lei.

§ 2º - Os ambulantes licenciados serão obrigados a exibir aos fiscais ou funcionários competentes sempre que for exigidos, além da licença, documentos que provem, incontinente, a sua identidade.

§ 3º - É proibido o comércio ambulante de drogas e jóia

§ 4º - Se não existir na Tabela Anexa nº 12, a respe tiva taxa para ser aplicada, o Prefeito mandará classificar o artigo ou artigos com que o ambulante pretende negociar, em uma taxa semelhante, já constante da mesma tabela ou mandará fazer classificação que the parecer conveniente.

Artº 31º - A licença do vendedor ambulante é pessoal e intransferível, sendo o respectivo impôsto devido por quem exercer a profissão, quer o faça por conta própria ou de terceiros.

Artº 33º - Os ambulantes não poderão estacionar na via pública, sob pena de serem multados em Cr$. 1.000,00 (hum mil cruzeiros) e pelo dôbro na reincidência.

§ 1º - A localização de negociantes nas ruas, praças ou qualquer lugar de servidão pública, dependerá

de uma licença especial do Prefeito, concedida a seu critério.

§ 2º - O impôsto de licença referido no artigo anterior será a correspondente da tabela de ambulantes com o acrésimo de 100% (cem por cento).

Artº 34º - Entende-se anual o impôsto sempre que não houver prazo especial mencionado na tabela.

Artº 35º - Todo aquêle que for encontrado exercendo o comércio ambulante sem estar munido da respectiva licença, incorrerá na multa de Cr$. 1.000.00 (hum mil cruzeiros), sendo apreendidos e levados ao depósito os objetos ou mercadorias de seu comércio e os veículos ou recepientes que os conduzirem.

§ 1º - Nas mesmas penas incorrerão os que exercerem o comércio ambulante com artigos diferentes daqueles para os quais obtiverem licença.

§ 2º - Em qualquer dos casos acima, só serão os objetos ou artigos restituidos, mediante pagamento da multa e licença

Artº 36º - Estão isentos dêste impôsto:

I - os mutilados ou portadores de aleijões ou molestias não contagiosas, nem repugnantes, reconhecidamente pobres, a critério do Prefeito.

II - os que não tiverem arrimo e estiverem incapacitados para o exercício de qualquer outra profissão, também a juizo do Prefeito.

III - os engraxates e vendedores de jornais, menores de 16 anos.

§ Unico - aos que obtiverem isenção nos casos dêste artigo, a Prefeitura fornecerá, gratuitamente, a licença.

Capítulo III

Do Impôsto de Licença Sobre Veículos

Artº 37º - O Impôsto de Licença Sôbre Veículos é devido pelos proprietários dos veículos que transitem no Município, embora dirigidos por terceiros.

§ 1º - O licenciamento só será admitido mediante -

provas residenciais ou domicílio civil no Município, e de pagamento do impôsto estadual, e entrega da guia da Delegacia Policia, feita pelos particulares ou pelas emprêsas que explorarem serviços.

§ 2º - Os veículos licenciados por outras municipalidades poderão circular no Município até 15 dias, permanecendo por mais tempo, deverão pagar o impôsto de licença, de acordo com a Tabela Anexa nº 3.

Artº 38º - A cobrança do impôsto de veículos, será efetuada na mesma época em que o Estado arrecadar as taxas de estradas, registro e fiscalização.

Artº 39º - Os veículos, em geral, cujo impôsto seja superior a Cr$. 100,00 (cem cruzeiros) incidirão apenas em 50 (cinquenta por cento), do impôsto anual, quando forem licenciados depois do mês de junho.

§ Único - O disposto nêste artigo aplica-se aos veículos novos ou quando transferidos de outros Municípios.

Artº 40º - Nenhum impôsto será cobrado sôbre veículos de qualquer espécie, empregado pelo proprietário exclusivamente nos serviços da própria lavoura, dentro de sua propriedade.

Artº 41º - Êste impôsto será cobrado de acôrdo com a Tabela Anexa 3.

Capítulo IV

Do Impôsto de Licença Sôbre Obras e Edificações em Geral, Construção de Andaimes, Armações, Coretos, Depósitos de Materiais nas Vias Publicas

Artº 42º - Êste impôsto é devido por todo aquêle que tenha de iniciar obras ou edificações em geral no perímetro urbano ou construir andaimes, armações e coretos nas vias públicas, que ainda neles depositar seus materiais.

Artº 43º - O pagamento do impôsto a que se -

refere o artigo anterior será feito antes de autorizada ou licenciada a construção ou depósito, na forma dos regulamentos em vigôr.

Artº 44º - Os responsáveis por qualquer obra ou depósito, são obrigados a exibir as respectivas plantas e licenças - sempre que forem exigidas pelos funcionários incumbidos da - fiscalização.

§ 1º - Quando uma obra for iniciada sem a necessária aprovação e licenciamento da Prefeitura, será logo embargada - administrativa ou judicialmente, incorrendo o infrator na multa de - Cr$. 400.00 (quatrocentos cruzeiros) a Cr$. 10.000,00 (déz mil cruzeiros).

§ 2º - Os que depositarem materiais nas vias públicas sem a devida autorização, incorrerão na multa de Cr$. 400,00 (quatrocentos) a Cr$. 2.000,00 (dois mil cruzeiros).

§ 3º - A obra, edificação, construção ou reconstrução embargada, só poderá prosseguir depois de pago o impôsto e a multa e de adaptadas aos regulamentos e aprovada a respectiva planta.

§ 4º - Para levantamento do embargo judicial será preciso, ainda, o pagamento das custas.

Artº 45º - O impôsto de licença referênte a este capítulo será cobrado de acôrdo com a Tabela Anexa nº 4.

Capítulo V

Do Impôsto de Licença para Extração de Areia, Pedra e Barro

Artº 46º - Nenhum serviço de extração de areia, - pedra e barro, com fins comerciais, poderá ser feito no Município sem a devida autorização e pagamento do respectivo imposto de licença.

§ Unico - Aos infratores será aplicada a multa de Cr$. 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr$. 2.000.00 (dois mil cruzeiros) e o dôbro na reincidência.

Artº 47º - Se a extração se fizer em caráter permanente ou duradouro, o impôsto será pago em cada exercício finan

ceiro, até o mês de fevereiro.

Artº 48 O impôsto referido nêste capítulo será cobrado pela Tabela Anexa nº 3.

Capítulo VI

Do Impôsto de Licença Sôbre a Afixação, Colocação ou Distribuição de Cartazes Letreiros, Emblemas, Placas, - Anúncios e quaisquer outros meios de Publicidades.

Artº 49º - A exploração ou utilização dos meios de publicidades nas vias públicas e logradouros públicos do Município, bem como outros locais e acesso públicos, fica sujeito a licença da Prefeitura e ao pagamento do respectivo impôsto.

Artº 50º - Incidem nos impôstos de licença referido neste capítulo todos os cartazes, letreiros, quadros, emblemas, - placas, anúncios, projeções cinematográficas, toldos, avisos, - tabuletas, nostruários, reclames, telas, paineis fixos ou volantes, - luminosos ou não, diurnos ou noturnos, feitos por qualquer modo -, engenho ou processo, distribuidos, afixados, escritos ou pintados em veículos de qualquer natureza, em paredes, muros, pilares, lageados, passeios, calçamento ou umbrais de casas ou, ainda, qualquer outra forma ou processo de publicidade nas cidades, vilas e povoações - e estradas do Município.

Artº 51º - Quando o sistema de publicidade atingir - a qualquer espaço sôbre a via pública ou se progetar ou prender sôbre elas de modo que, por issô ou qualquer outro motivo, possa oferecer perigo aos transeuntes ou as construções vizinhas, dependerá de prévia licença que será solicitada pelo interessado em requerimento instruido com desenho do anúncio e outros - dados que permitam o exâme das duas condições artísticas - e de segurança.

§ 1º Os anúncios ou reclames nas condições deste artigo que forem encontrados sem a devida licença, sujeitarão seus responsáveis à multa de Cr$. 200,00 (duzentos cruzeiros) a

Cr$. 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), além do impôsto.

§ 2º - Sem prejuizos dessa responsabilidade, poderão os interessados regularizar a situação quitando-se com o fisco requerendo dentro de 24 horas, a necessária licença, na forma estabelecida nô corpo dêste artigô.

§ 3º - Na falta de providências mencionadas, ou se ô anúncio que reclama não puder ser licenciado, nem adaptado às condições da Lei, será aprendido e inutilizadô.

Artº 52º - Respondem pelo impôsto e observância das disposições deste Capítulo, todas as pessoas ou entidades as-quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha beneficiar.

§ 1º - O lançamento se fará em qualquer tempo em que seja encontradô ou vista o anúncio e será desde logô comunicadô ao responsável para os efeitos do artigo 17º.

§ 2º - Decorrido o prazo para o recursos, ou lhe sendo negadô provimento, poderá ô impôsto ser pagô sem multa nos 15 dias subsequentes.

§ 3º - Terminando êste últimô prazô, será efetuada a cobrança na forma do artigô 22º.

Artº 53º - É expressamente proibida a colocação de anúncios seja qual for a sua forma ou composição.

I - em gradís de parques e jardins, monumentos - públicos, estátuas, hermas e postes colocados nas vias públicas;

II - diretamente sôbre árvores das vias e logradouros públicos.

III - em qualquer parte dos cemitérios ou nô interior dos mesmos, bem assim nos templos religiosos;

IV - quandô contiverem dizeres ou referências ofensivas a moral ou a indivíduos, instituições ou crenças;

V - quando a linguagem incorreta;

VI - quando em linguagem extrangeira se ao ladô não - tiver a tradução integral dô texto;

VII - quando nos muros, prédios e portões particulares,

salvo com autorização, por escrito do proprietário.

§ Unico - As transgressões serão punidas com mu de Cr$. 400.00 (quatrocentos cruzeiros) a Cr$. 2.000,00 (dois mil cruze além da apreensão do anúncio.

Artº 54º - O impôsto de licença para a continuação do anúncios de caráter permanente ou duradouros, será arrecadad no mês de fevereiro.

Artº 55º - Estão isentos do impôsto, mas sujeitos à autorização do Prefeito:

1 - Os cartazes ou letreiros destinados a fins patrió ticos, políticos ou desportivos, exposições, conferências ou festas - beneficientes;

2 - As taboletas e letreiros em sítios, granjas e fazen das desde que tragam o nome da propriedade ou façam referência ao negócio explorado no local;

3 - Os mostruários desde que não estejam colocados - na parte externa dos prédios;

4 - Os anúncios ou reclames de qualquer natureza, de hospitais, casas de caridade ou qualquer instituição destinada a prestar assistência pública gratuita;

5 - Os dísticos religiosos nos templos;

6 - As taboletas, placas ou letreiros de escolas ou estabelecimentos de ensino, que tenham lugares gratuitos a juizo do Prefeito.

Artº 56º - O imposto referido neste Capítulo será - cobrado pela Tabela Anexa nº 6.

Titulo III

Do Impôsto Predial Urbano

Artº 57º - O Impôsto Predial Urbano incide - sôbre os prédios da séde e povoações do Municipio, situadas nas respectivas zonas urbanas e nas áreas a estas equiparadas.

§ Único - Considera-se prédio, para efeito do impôsto, toda e qualquer edificação com respectivo terreno e dependências, não atingidas pela incidência do Impôsto Territorial Urbano.

Artº 58º - O imposto será calculado sôbre o valor locativo anual do prédio:

a) - a razão de 8% (oito por cento) para os prédios de residência dos respectivos proprietários;

b) - a razão de 10% (déz por cento) para os demais prédios.

Artº 59º - O valor locativo será apurado, em regra, com baze no aluguel efetivo.

§ 1º - Será tomado por baze o aluguel estimativo a ser apurado mediante arbitramento, nos seguintes:

a) - inexistência de locação;

b) - sublocação;

c) - quando o aluguel representar, também, pagamento pela fruição de outros bens, utilidades ou compreender a amortização de obras ou serviços feitos pelo locatário.

§ 2º - O arbitramento de que trata o parágrafo anterior far-se-á tendo em vista a localização e outros características e condições do prédio, assim como o valor locativo dos prédios semelhantes situados nas imediações ou zonas equivalentes.

Artº 60º - Todos os prédios que trata o artigo 57º serão objeto de inscrição obrigatória, na Prefeitura, a qual deverá ser promovida pelos respectivos proprietários.

§ Único - A obrigatoriedade da inscrição extende-se aos prédios beneficiados por imunidade ou isenção tributária.

Artº 61º - Para efeito do artigo anterior, deverão os proprietários fornecer a Prefeitura os esclarecimentos e dados necessários à correta realização do lançamento do impôsto.

Artº 62º - Deverão ser obrigatoriamente comunicados a Prefeitura as aquisições de imóveis sujeitos ao impôsto predial

e bem assim as ocorrências verificadas com relação ao prédio que possa afetar o seu valor locativo ou incidência do imposto.

Artº - 63º - Decorridos os prazos regulamentares, sem que os proprietários tenham promovido a inscrição em forma regular ou prestado os esclarecimentos exigidos, será lançado, na forma prevista no artigo 65º, o imposto sonegado.

Artº 64º - O lançamento far-se-á em nome do proprietário, um para cada prédio, de acôrdo com a inscrição regularmente promovida.

§ 1º - O lançamento relativo a prédio, objeto de compromisso de compra e venda, poderá ser feito indistintamente em nome do promitente vendedor ou no do comprimissário comprador ou, ainda, nô de ambos, ficando sempre, um e outro solidàriamente responsáveis pelo pagamento.

§ 2º - O lançamento sôbre prédio, objeto de enfeteuse ou usufruto ou fideicomisso, será efetuado em nome do enfiteuta, usufrutário ou fiduciário.

§ 3º - Na hipotése de condomínio, figurará no lançamento o nome de um, de alguns ou de todos os condôminos conhecidos, sem prejuizo de responsabilidade solidária de todos os co-proprietários, devendo, porém, ser lançado isoladamente os proprietários de apartamentos que nos têrmos da legislação civil, constituam propriedade autônoma.

Artº 65º - O lançamento relativo a prédios sonegados a inscrição prédial (artigo 63º) será feito com base nos elementos que a Prefeitura possuir e acrescido de 20% (vinte por cento).

§ Unico - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de proprietário ignorado.

Artº 66º - Os imóveis que no decorrer do exercício passarem a constituir objeto de incidência do impôsto, serão lançados pelo período restante, a partir do mês seguinte ao da terminação da edificação.

§ Unico - Em caso de reforma que dê ao

prédio maior capacidade de utilização, o impôsto será o vigente, - só sendo permitido o lançamento no exercício seguinte.

Artº 67º - As habitações coletivas comumente - denominadas cortiços, estão sujeitas a um acréscimo de 10%(dez - por cento) no respectivo impôsto, sem prejuizo de outras sanções legais.

Artº 68º - O lançamento que, na época própria, for efetuado com erros, poderá ser retificado com ciência do contribuinte, caso já lhe tenha sido expedido o aviso, e abrindo-se-lhe - novamente o prazo para recurso ou defesa.

§ Único - Não se admitirão alterações nos valores - básicos do impôsto quando o mesmo tenha sido liquidado.

Artº 69º - Os lançamentos serão objeto de aviso - entregue no endereço registrado, ou de publicação na imprensa - oficial em relação discriminada.

Artº 70º - Os lançamentos serão feitos incluindo - uma majoração de 20%(vinte por cento) a qual será abonada, aos - contribuintes que satisfaçam os pagamentos dentro dos prazos regulamentares.

Artº 71º - Contra lançamento indevido ou irregular, poderão os interessados reclamar dentro de 15 dias contados - da publicação ou recebimento do aviso, nos têrmos do § 1º, do artigo 17º, desta Lei.

Artº 72º - As reclamações e recursos não terão efeitos suspensivos.

Artº 73º - O pagamento do impôsto será feito no mês de janeiro.

Título IV

Do Impôsto Territorial Urbano

Artº 74º - O Impôsto Territorial Urbano incide - sôbre terrenos não edificados, murados ou em aberto situado na zona urbana da Cidade, Vilas e Povoações do Município.

§ Único - São considerados não edificados os terrenos que não contenham construção ou contendo-a êste, esteja ela interditada - ou com as respectivas obras em demolição, na época do lançamento interrompidas ou em andamento há mais de um ano.

Artº 75º - O Impôsto Territorial Urbano grava o imóvel sôbre o que recae para os efeitos de direito.

Artº 76º - Excluem-se do lançamento três metros de cada lado ou seis de um só lado da área construida.

§ Único - Quando as construções forem recuadas do alinhamento, não será computada no lançamento a extensão correspondente a projeção da frente do prédio.

Artº 77º - Nos terrenos de esquina o lançamento - atingirá ambos os lados integralmente.

Artº 78º - Os terrenos que tiverem frentes e fundos para a via pública pagarão o impôsto pelas duas faces, observada em cada uma dêlas, a regra do artigo 75º e seu paragrafo.

§ Único - A mesma régra se aplicará no outro lado se também confinar com a via pública.

Artº 79º - Embora não edificadas, poderão ser - isentos do Impôsto Territorial Urbano, mediante requerimento, os - terrenos ocupados com jardins, bem tratados, que se comuniquem - com o prédio do mesmo proprietário, que não estejam alugados ou ocupados por Terceiros, sejam cercados por gradil artistico e constituam embelezamento visivel de via pública.

Artº 80º - Serão contados como metros as frações de metros.

Artº 81º - Para efeito de cobrança do impôsto a - que se refere êste titulo, fica a área urbana da séde dividida nas seguintes zonas:

1ª - Zona - Avenida Ernesto Cavalin e Rua São José.

2ª - Zona - Todas as ruas tranversais.

3ª - Zona - As demais ruas.

Artº 82º - O lançamento relativo a Terreno, objeto

de compromisso de compra e venda poderá ser feito, indistintamente, em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador, - ou ainda no de ambos, ficando sempre, um e outro, solidáriamente - responsáveis pelo pagamento.

§ Único - O encarregado do lançamento procederá a medição dos terrenos e fará a verificação de propriedade pelos dados e documentos que lhe forem apresentados.

Artº 83º - O lançamento de terrenos pertencentes à herança, espólios, massas falidas ou sociedade em liquidação será feito em nome dos respectivos representantes legais.

§ 1º - No caso de usufruto ou efeteuse, o lança mento será feito em nome do usufrutário ou efiteuta.

§ 2º - Em se tratando de terreno proindiviso, - o imposto se lançará em nome de um, de alguns ou de todos condôno

Artº 84º - A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos emitidos por quaisquer circunstâncias, nas épocas próprias promovidos lançamentos aditivos, retificadas as falhas dos lança - mentos existentes, tem como feitos lançamentos substitutivos.

Artº 85º - Os lançamentos serão objetos de aviso - entregue no endereço registrado, ou publicação na imprensa oficial, em relação discriminada.

Artº 86º - Os lançamentos serão feitos incluindo uma majoração de 20% (vinte por cento), a qual será abonada, aos contri- buintes que satisfaçam os pagamentos dentro dos prazos regulamentares.

Artº 87º - Contra lançamentos indevido ou irregular poderão os interessados reclamar dentro de 15 dias, contados da publicação ou recebimento do aviso, nos Têrmos do § 1º do artº 17º - desta Lei.

Artº 88º - A arrecadação do Imposto Territorial Urbano será arrecadada no mês de fevereiro.

Artº 89º - O imposto referido neste Título será cobrado de acôrdo com a Tabela Anexa nº 7.

Título V

Do Imposto de Jogos e Diversões

Artº 90º - O imposto de licença sôbre jogos e diversões - incide em todos os divertimentos públicos: cinemas, teatros, circos, parques de diversões, concertos, bailes, embates ou prélios que se realizarem em qualquer parte do município, com entradas pagas.

Artº 91º - O impôsto referido nêste Título, também é devido pelas casas que explorarem os jogos de bilhares ou semelhantes, bocce, boliches, cinquitho ou malhas, racaindo, - também sôbre clubes que explorem jogos lícitos.

§ Unico - O imposto a que se refere o presente Título será cobrado pela Tabela Anexa nº 8, ainda ficando sob pena de multa, as casas que, explorarem tais jogos obrigadas ao - pagamento do alvará de licença anual pela continuação de seu funcionamento na forma seguinte: bilhar, snooker e semelhantes Cr$. 2.000,00 (dois mil cruzeiros); bocce, cinquitho ou malha Cr$. 2.000.00 (dois mil cruzeiros); clubes ou com jogos lícitos Cr$. 4.000.00 (quatro mil cruzeiros).

Artº 92º - A arrecadação sôbre jogos e diversões, - referidas no artigo 89º desta Lei, é arrecadada de acordo com a Tabela Anexa nº 8.

§ Unico - A cobrança do Impôsto Sôbre Jogos e Diversões fica sujeitas, também, aos dispositivos contidos no artº 9º do Decréto Lei Federal nº 4181, de 26 de março de 1942, que será cobrado sôbre as entradas em casas de diversões (cinemas, teatros, circos, etc.) no valor de Cr$. 0,10 por Cr$. 1,00 ou fração de Cr$. 1.00 do respectivo prêço.

Artº 93º - Os empresários, proprietários, arrendatários de qualquer casa ou lugar em que se realizem diversões - públicas são obrigados, sob pena de multa, a dar bilhetes - especiais, devidamente selados, a cada comprador de lugar avulso, camarotes ou frizas.

Continua livro nº 2

§ 1º - Os bilhetes deverão ter os seus modelos aprovados pela Prefeitura, devendo conter, ainda, as declarações seguintes:

a) - número;

b) - nome da casa de diversão;

c) - local;

d) - nome dos proprietários, empresários ou responsavel;

e) - preço da entrada em caracteres visíveis.

§ 2º) - O sêlo de que trata o parágrafo único do artº 91º dêsta Lei, será aposto no bilhete de ingresso vendido ou oferecido, colocado aderentemente, no sentido horizontal, abragendo as duas partes, - canhoto e talão e de maneira a ser dividido no ato do destaque, da parte que o espectador deve receber e entregar ao porteiro.

§ 3º - Os bilhetes de lotação numerados devem ser divididos em três partes, picotados e numerados, devendo a que contém a parte do sêlo ser depositada na urna pelo proprietário.

§ 4º - O seto deverá ser inutilizado no ato da venda por um carimbo que indique claramente a data do espetáculo, a fim de facilitar a conferência da urna.

§ 5º - O sêlo colocado em um bilhete não poderá ser descolocados para servir em outros bilhetes, podendo, nesse caso, o referido bilhete ser vendido outro dia, para outro espetáculo.

Artº 94º - Os empresários ou responsáveis por casas de diversões, deverão franquear aos funcionários designados pela Prefeitura, a bilheteria, salas de espetáculos ou local de exibições, a fim de ser verificada a fiel excussão do presente titulo, não podendo conservar a bilheteria fechada à chave, sob pena de multa.

Artº 95º - Os infratores das disposições dêste título incorrerão na multa de Cr$. 40.00 a Cr$. 2.000,00, e no dôbro em caso de reincidência.

§ 1º Da importância total desta multa caberá a metade a esta Prefeitura e outra à Caixa Nacional de Estatistica Municipal.

§ 2º - Impôsta a multa, nenhum recurso será -

admitido sem que seja a respectiva importância depositada prévia mente na Tesouraria Municipal.

Título VI

Do Impôsto de Indústrias e Profissões

A - Da Incidência

Artº 96º - O Impôsto de Indústria e Profissões será devido por todos as pessoas naturais ou jurídicas que, no município explorem a indústria ou comércio, em quaisquer das suas modalidades - ainda que sem estabelecimento ou localização fixas, ou exercerem - qualquer profissão, arte, ou função.

B - Tarifa

Artº 97º - O impôsto sera constituido de uma parte fixa e outra variável.

Artº 98º - A parte fixa será devida na conformidade das tabelas consolidadas constantes das leis, regulamentos, instruções, determinações e praxe administrativos estaduais, expedidas ou adotadas até a presente data, que fiquem mantidas passando a fazer parte integrante deste regulamento e será - calculada segundo a natureza da atividade, com baze nos - seguintes elementos, considerados em conjunto ou isoladamente:

1 - Movimento econômico;

2 - Valor locativo do prédio ou local onde exercer a - atividade;

3 - Capital;

4 - Maior ativo mensal;

5 - Numeros de empregados locatários, pensionistas instalações, móveis e semethantes;

6 - Valor do impôsto lançado sôbre a empresa na - qual o coletado exercer funções de direção ou gerência.

§ 1º - O movimento econômico, tratando-se de lançamento inicial, será estimado tendo em vista, entre outros dados, os lançamentos

relativos a estabelecimentos relativos, digo, semelhantes, o valor das mercadorias em depósito, as despesas e localização do estabelecimento.

§ 2º - Os atividades não especificadas nas tabelas, serão tributadas de conformidade com o estabelecimento para a atividade que apresentar maior identidade de características.

§ 3º - Não será devida a parte fixa do impôsto, em se tratando de depósito fechado, inclusive de armazem gerais.

Artº 99º - A parte fixa do impôsto incidirá sôbre cada uma atividade exercida pelo mesmo contribuinte, salvo em se tratando de atividades conexas ou dependentes, caso em que dividida apenas a relativa à atividade principal.

§ Único - Quando no mesmo estabelecimento ou local o contribuinte exercer sob uma só administração e escrituração comum duas atividades ou meios, prevalece a que estiver sujeita a tributação mais elevada.

Artº 100º - A parte variável do impôsto será a devida de 10% (déz por cento) sôbre o valor locativo anual do local em que seja exercida a atividade.

§ 1º - Os colégios, hospitais, casa de saúde, sanatórios, pensões familiares, cinemas, teatros e depósitos de armazens gerais, pagarão a parte variável do impôsto a razão de 5% (cinco por cento).

§ 2º - Os estabelecimentos bancários e escritórios de desconto de titulos não estão sujeitos à parte variável do impôsto.

Artº 101º - O valor locativo que se refere o artigo anterior será apurado, em regra, com base no aluguel efetivo.

§ Único - Será tomado por baze o aluguel estimativo, a ser apurado mediante arbitramento quando:

a) - inexistir locação;

b) - o contribuinte ocupar, para exercício da atividade, apenas parte do imóvel locado;

c) - deduzido o prêço das sublicações, o valor resultante não correspondente ao espaço ocupado;

d) - o aluguel representar, também pagamento pela

fruição de outros bens e utilidades, ou compreender a amortização de obras serviços feitos pelo locatário;

e) - não for exibido recibo de aluguel ou contrato de arrendamento, ou valor consignado nesse documento não representar o valor locativo ao tempo do lançamento.

Artº 102º - O arbitramento de que trata o artigo anterior será feito com base tendo em vista a localização e outros característicos e condições do imóvel ou dependência ocupada - pelo contribuinte no exercício da atividade, assim como, se for - o caso, os valores locativos de prédios semelhantes situados nas imediações.

C - Inscrição

Artº 103º - As pessoas de que trata o artº 95º são obrigadas a promover a sua inscrição como contribuintes, fornecendo à Prefeitura os dados, informações e esclarecimentos necessários a correta realização do lançamento do impôsto.

§ Único - Para fins dêste artigo são as referidas pessoas ainda obrigadas a exibir documentos e livros fiscais quando forem exigidos.

Artº 104º - Decorridos os prazos regulamentares, sem que os interessados tenham promovido em forma regular a inscrição ou fornecido, com exatidão, os dados, informações e esclarecimentos exigidos, procederá a Prefeitura "ex-ofício" o lançamento do impôsto com acréscimo estabelecido no artigo 109º.

§ Único - Da mesma forma procederá no caso de recusa ou sonegação da exibição dos documentos e livros fiscais de que trata o artigo anterior.

Artº 105º - Deverão ser obrigatòriamente comunicados pelos contribuintes quaisquer atos ou fatos que venham alterar os dados de sua inscrição.

Artº 106º - Os dados, informações e esclarecimentos exigidos no artigo 103º para inscrição deverão ser obrigatòriamente renovados na forma e época regulamentares, para efeito de ser -

a mesma revista e atualizada.

§ 1º - No caso de inobservância do disposto neste artigo, procederá a Prefeitura o lançamento com acréscimo estabelecido no artigo 109º.

§ 2º - A fixa de que trata êste artigo será fornecida pela Prefeitura e preenchida pelo contribuinte.

Artº 107º - A cessação de atividades do contribuinte - deverá ser esta obrigatoriamente comunicada à Prefeitura, dentro do prazo de 15 dias, afim de ser concedida baixa na inscrição.

§ Único - A baixa será concedida após a verificação da procedência da comunicação e sem prejuizo da cobrança dos - impôsto devidos, inclusive o relativo ao trimestre em curso.

D - Do Lançamento

Artº 108º - O lançamento será feito com base nos elementos constantes da inscrição

§ Único - Para efeito do disposto nas isenções vigêntes, deverão ser procedidos lançamentos ainda que a atividade tributável nelas se enquadrem.

Artº 109º - O lançamento das atividades compreendidas no artigo 120º, será feitos no ato da solicitação e com base nos elementos apresentados.

§ Único - Na inobservância do dispôsto neste artigo o lançamento será feito "ex oficio", com base nos elementos que a - Prefeitura obtiver, acrescido de 20% (vinte por cento).

Artº 110º - Serão considerados distintos, para elemento, digo, efeito de lançamento, os diversos estabelecimentos ou locais - em que o contribuinte exercer a mesma atividade, exetuadas as profissões liberais.

Artº 111º - No caso de inobservância do dispôsto no artigo 104º e artigo 106º, o lançamento será feito com base nos elementos que a Prefeitura possuir e acrescidos de 20% (vinte por cento).

§ Único - O acréscimo de 20% (vinte por cento) de - que trata o presente artigo vigorará até o exercício no qual forem

satisfeitas as exigências contidas nos dispositivos referidos no corpo do artigo.

Artº 112º - O lançamento compreenderá a totalidade do exercício a que se referir e será desdobrado em duas parcelas de - igual valor.

§ 1º - As pessoas que no decorrer do exercício se tornarem sujeitas à incidência do impôsto, serão lançadas a partir do trimestre em que iniciem as atividades, inclusive.

§ 2º - O lançamento de que trata o parágrafo anterior - será provisório, podendo ser revisto dentro de 6 (seis) mêses, contados da inscrição.

Artº 113º - A qualquer tempo poderão ser efetuados - lançamentos emitidos por qualquer circunstância, nas épocas próprias serão promovidos lançamentos aditivos referêntes à atividade sonegada e retificadas as folhas dos lançamentos existentes, admitindo-se, ainda, quando for o caso a realização de - lançamentos substitutivos.

§ Único - Não se admitirão alterações nos valores básicos dos impôstos, quando os mesmos já tenham sido liquidados, ressalvado o disposto no parágrafo 2º do artigo 111º.

Artº 114º - Os lançamentos serão comunicados por aviso entregue no local em que se exercer a atividade e mediante afixação na repartição arrecadadora do edital contendo a relação dos nomes dos contribuintes e das importancias coletadas.

§ 1º - A afixação de edital será objeto de comunicação pela imprensa.

§ 2º - Excetuam-se os casos previsto no artigo 110º - em que serão dispensadas as formalidades estabelecidas neste - artigo.

E - Reclamações e Recursos

Artº 115º - Os contribuintes poderão reclamar contra lançamentos indevidos ou irregulares no prazo de 15 dias a contar da data do recebimento do aviso, nos termos do artigo 17 e seu paragrafo

F- Arrecadação

Artº 116º - O pagamento do impôsto será efetuados em 4 - (quatro) prestações iguais.

§ 1º - O prazo para pagamento da primeira prestação será de 30 (trinta) dias contados da data da entrega do aviso ou públicação do edital que se refere o artigo 113º.

§ 2º - O pagamento da 2ª prestação deverá ser feito dentro de 90 (noventa) dias seguintes ao vencimento da primeira prestação e, assim, até completar o 4º trimestre.

Artº 117º - A arrecadação do impôsto será feita da seguinte forma:

a) - com desconto de 20% (vinte por cento) quando o pagamento for feito nos prazos a que se referem os parágrafos 1º e 2º do artigo 115º;

b) - sem desconto e sem multa quando o pagamento - for efetuado dentro de 15 dias após os prazos estabelecidos no mesmo artigo;

c) - acrescido de multa de 10% (déz por cento), além das custas judiciais acaso vencidas, quando o pagamento for efetuado posteriormente ao prazo estabelecido no item anterior.

Artº 118º - O impôsto será arrecadado de uma só véz, - adiantadamente, e compreenderá apenas determinado período, quando se tratar de comércio ambulante, transitório, feiras livres, ou de artigos próprios e determinadas comemorações ou festividades, bares - e restaurantes em locais ou estabelecimentos de recreações, diversões ou praças esportivas.

G- Isenções

Artº 119º - Serão isênto do impôsto:

a) - os vendedores de jornais e revista sem localização fixa;

b) - os motoristas profissionais de carro de aluguel;

c) - os proprietários de um único veículo dirigidos por êle próprio, sem qualquer auxiliar ou associado;

d)- os operários e empregados domésticos, inclusive motorista;

e)- os ministros ou sacerdotes de qualquer credo religioso, ou diplomatas, cônsules, funcionários públicos, quando no exercício de suas funções;

f)- os serventuários de justiça;

g)- os professôres, jornalistas e escriturários;

h)- as pequenas indústrias domiciliares, com volume de negócios até Cr$. 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros); anuais, ou que se pratique o trabalho individual, por conta própria sem portas abertas nem reclames, armários ou letreiros sem oficiais nem aprendizes, não sendo considerados como tais os filhos menores e a mulher do industrial;

i)- os operários, criados de servir e condutores de veículos pela prestação de serviços pessoais;

j)- os pequenos lavradores, quando negociarem produtos de sua lavoura desde que os volume de negócio não ultrapassem a Cr$. 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) anuais;

K)- as casas de caridade, as sociedades de socorros mútuos ou qualquer estabelecimento de fins humanitários;

l)- as associações esportivas e culturais;

m)- as pensões familiares que apenas forneçam comida em hora determinada, salvo se tiver gerênte, sub gerentes, diretores, sub diretores, contadores, membros de conselho fiscal e outros a êles equiparados, quando os escritórios ou estabelecimentos forem lançados para o pagamento do impôsto de indústrias e profissões em quantia superior a Cr$. 10.000,00 (déz mil cruzeiros).

§ 1º As isenções compreenderão apenas o exercício das atividades enumeradas neste artigo.

§. 2º - As isenções previstas nos itens "K" e "l", deverão ser solicitadas, anualmente, mediante requerimento, devidamente instruido quando ao preenchimento dos requisitos e condições estabelecidas.

Hc - Disposições Gerais

Artº 120º - No caso de venda ou transferência de estabelecimento, o adquirente ou sucessor será o responsável pelos débitos fiscais anteriores.

Artº 121º - Este impôsto será cobrado de acôrdo com a Tabela Anexa nº 9.

Titulo VII

Das Taxas e Serviços Municipais

Das Taxas Rodoviárias

Artº 122º - A taxa a que se refere êste titulo, incide-sôbre;

1 - Taxa de Execusão de Estradas de Rodagem;

2 - Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem;

Artº 123º - O lançamento da Taxa de Conservação de Estradas de Rodagen será feito de acôrdo com o Cadastro Imobiliário Rural com base no valor venal do imóvel.

§ Unico - Para a atualização do Cadastro Imobiliário Rural, os proprietários de imóveis rurais ou seus responsáveis ficam sob pena de multa, obrigados a prestar, anualmente, - na Lançadoria Municipal, declarações sôbre:

a)- área em alqueires dos imóveis;

b)- localização de distância da séde municipal;

c)- culturas temporárias ou permanentes;

d)- benfeitorias e valor venal.

Artº 124º - A, Taxa, digo cobrança da Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem será feita a razão de 0,40 (quarenta centésimo), sôbre o valor venal do imóvel.

Artº 125º - A Taxa de Conservação de Estradas de - Rodagem será arrecadada no mês de junho.

Artº 126º - Os lançamentos serão feitos incluindo-se uma majoração de 20% (vinte por cento), a qual será abonada, aos contribuintes

que satisfaçam o pagamento dentro do prazo previsto no artigo 125º desta Lei.

§ Único - O contribuinte que não efetuar o pagamento no ano em exercício sofrerá um acréscimo de 10% (déz por cento).

Artº 127º - Sôbre lançamentos indevidos ou irregulares os contribuintes poderão reclamar no prazo de 15 (quinze) dias - na forma do artigo 17º da presente Lei.

Título VIII
Da Taxa de Colocação de Guias e Sargetas

Artº 128º - A Taxa de Colocação de Guias e Sargetas, será destinado a cobrir 2/3 (dois terços) das despêsas com o serviço de colocação de guias e sargetas.

§ Único - Essas despêsas compreendem o prêço do - material da guia, pedras e areias, o preparo da mesma com mão de obra.

Artº 129º - A taxa que refere êste título são devidas por todos os proprietários situados no quarteirão beneficiado com - o serviço referido no artigo anterior.

Artº 130º - Terminado o serviço de colocação de guias e sargetas de cada quarteirão, o encarregado de obras da Prefeitura organizará duas relações, uma das despêsas realmente efetuadas e outra com nome dos proprietários dos terrênos com frentes para - a área que foi beneficiada com a colocação de guias e sargetas e designação do número de metros de frente de cada uma das res - pectivas propriedades.

§ 1º - Verificado o total das despêsas previstas - por êste artigo, será o "quantum" devidido em três partes iguais, - cabendo a Prefeitura uma das partes e as restantes serão pagas pelos proprietários de prédios ou terrênos beneficiados, proporcional mente ao número de frente de cada uma propriedade, ficando - assim estabelecida a quota de cada um, em tais despêsas.

§ 2º - Apurada a quota de cada proprietário, será êste notificado a recolher à Tesouraria Municipal a importância devida dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

Artº 131º - Sôbre as despêsas dispendidas no que se refere - êste capítulo, poderá o contribuinte interessado examinar as contas e as relações dos dispêndios efetuados no referido serviço e reclamar contra a inexatidão ou irregularidade verificada.

§ Único - Os recursos em tais casos sempre obedecerão aos despositivos do artigo 17º dêsta Lei.

Artº 132º - Os proprietários de terrenos situados em quarteirões já sargeteados, ficam sujeitos à taxa de conservação de guias e sargetas, fixada em Cr$. 10.00 (dêz cruzeiros) anual por metro de frente.

Artº 133º - A taxa de conservação de guias e sargetas - será arrecadada no mês de novembro.

Título IX

Da Taxa de Remoção de Lixo Domiciliar, Escórias e Resíduos Domiciliares

Artº 134º - A Taxa de Remoção de Lixo, Escórias e Resíduos Domiciliares é devida pelos proprietários de prédios situados - dentro da zona urbana, em ruas beneficiadas com prestação dêsse serviço.

Artº 135º - A taxa de que trata o artigo anterior é fixada em 10% (dêz por cento) sôbre o impôsto predial urbano e juntamente - arrecadada com êste.

Artº 136º - São isentos da taxa de remoção de lixo domiciliares, escórias e resíduos domiciliares:

a) - os prédios de propriedade da União e dos Estados;

b) - os templos religiosos, de qualquer que seja a seita;

c) - os prédios ocupados com asilos e hospitais para - indigentes, quando de propriedade das respectivos instituições, ou quando cedidos gratuitamente pelos proprietários;

d) - os prédios de entidades culturais, instituições - esportivas e assistenciais ou filantrópicas, quando de proprie

dade das respectivas instituições ou quando cedidas gratuitamente pelos proprietários.

Artº 137º - Os lançamentos serão feitos incluindo uma majoração de 20% (vinte por cento), a qual será abonada aos contribuintes que satisfaçam o pagamento dentro do prazo previsto.

Título X

Da Taxa de Limpesa das Vias Públicas

Artº 138º - A Taxa de Limpesa das Vias Públicas é devida por todos os proprietários de imóveis urbanos beneficiados com êsse serviço.

Artº 139º - O lançamento da taxa de que trata o artigo anterior será feito de acôrdo com a Tabela Anexa nº 10, tomando se por baze o metro de frente para as vias públicas.

§ 1º - A quantia a cobrar nunca será inferior a Cr$ 50,00 (cinquenta cruzeiros).

§ 2º - As frações de metros serão arredondadas para metros completos.

Artº 140º - A taxa de limpesa das vias públicas será lançada e arrecadada na época do lançamento e arrecadação do impôsto territorial urbano.

Artº 141º - São isentos da taxa de limpesa das vias públicas:

a) - os imóveis de propriedades da União e do Estado;

b) - os templos religiosos, qualquer que seja sua seita;

c) - os imóveis ocupados com asilos e hospitais para indigentes, quando de propriedade das respectivas instituições, ou quando cedidos gratuitamente pelos proprietários;

d) - os imóveis de entidades culturais, instituições esportivas e assistenciais ou filantrópicas, quando de propriedade das respectivas instituições ou quando cedidos gratuitamente pelos

proprietários.

Título XI

Das Taxas de Fiscalização de Serviços Diversos

Artº 142º - As taxas a que se refere êste título recaem sôbre a aferição de balanças, pesos e medidas e aparelhos e instrumentos de pesar e medir, que serão cobradas de acôrdo com Tabela Anexa nº 11º.

Título XII

Das Taxas de Expediente

Artº 143º - A Taxa de Expediente será cobrada sôbre:

a)- expediente de petições e papeis;

b)- certidão, licenças e aposentadorias, alvarás e concessões, contratos, atestados, transferências e nomeações;

c)- vistorias, exames, diligências, alinhamentos e nivelamentos

d)- qualquer ato de economia do Município.

Artº 144º - Os emolumentos serão pagos adiantadamente pelos interessados, de acôrdo com a Tabela Anexa nº 12.

Título XIII

Da Renda dos Próprios Municipais

Artº 145º - Quando, além da imposição da multa, houver apreensão de semoventes, mercadorias e coisas móveis em geral, estes, recolhidos ao Depósito Municipal, ficam sujeitos às taxas constantes da Tabela Anexa nº 13º désta Lei.

Título XIV

Da Renda do Matadouro Municipal

Artº 146º - A Renda do Matadouro Municipal é constituida das taxas pagas pela matança de todo gado bovino,

suino e caprino entregue ao consumo público e particular.

§ Único - Essa renda será arrecadada de acôrdo com a Tabela Anexa nº 14 desta Lei.

Título XV
Da Renda dos Cemitérios

Artº 147º - As taxas de exumação, inumação e arrendamento de terreno nos cemitérios municipais e de fornecimento de terreno nos cemitérios municipais, digo, placas para as sepulturas - são as constantes da Tabela Anexa nº 14

Artº 148º - Aos que desejarem construir túmulos ou carneiras, será concedido o terreno que requererem, após o pagamento das taxas da Tabela Anexa nº 14.

Título XVI
Da Apreensão, Depósito e Venda de Semoventes, Mercadorias e Coisas Móveis em Geral

Artº 149º - Quando, além da imposição da multa, houver apreensão de semoventes, mercadorias e coisas móveis em geral, ordenadas nas posturas municipais, será ela feita pelo autuante, que poderá invocar o auxílio da Força Policial.

§ 1º - O auto, nesse caso, mencionará, também, a quantidade qualidade e outros característicos da coisa apreendida.

§ 2º - Quando os animais ou veículos forem encontrados - abandonados na via pública, além da taxa de depósito, será cobrada a multa, por cabeça ou veículo, de Cr$. 1.000,00 (hum mil cruzeiros).

Artº 150º - Quando o infrator for pessoa indeterminada desconhecida ou não residente no Município, como na apreensão de animais soltos nas vias públicas ou reclame colocados à socapa ou ainda, de coisas abandonadas e outros, será dispensada qualquer das formalidades referidas neste título, com excessão das que dizem

respeito a entrada no Depósito Municipal.

§ 1º - Na apreensão de mercadorias ou objetos de valor mediocre, feita a ambulantes ou a qualquer outro infrator, os fiscais se limitarão a fornecer, devidamente assinadas, uma nota de apreensão, de multas da Lei violada, dispensada a lavratura do respectivo auto.

§ 2º - Nos casos deste artigo, o prazo para recursos será de 24 horas, a contar da apreensão e interposto êle, o Prefeito decidirá de plêno e igual tempo.

Artº 151º - O auto de apreensão e multa poderá constar de fórmula impressa com claros necessários para a consignação no momento, dos fatos e referências mencionados no artigo 15º desta lei, devendo nesse caso trazer no verso os textos legais que dispõem sôbre as formalidades a serem prenchidas para devolução das coisas ou semoventes apreendidos e o seu destino quando não reclamados.

Artº 152º - O objeto da apreensão será encaminhada ao Depósito Municipal onde a sua entrada será registrada com as especificações dos artigos citados, em livros próprios, de depósito e leilão, no qual será lavrado o têrmo do artigo seguinte.

Artº 153º - As mercadorias e semoventes levados ao depósito e não reclamados no prazo de 8 dias, serão vendidos em leilões público, prèviamente anunciados por edital afixado no local de costume, no próprio depósito e publicado pela imprensa.

§ 1º - Do leilão se lavrará um termo aumário do qual constará a mercadoria vendida bem como o prêço alcançado.

§ 2º - O produto da venda, deduzidas as quantidades mencionadas no artigo seguinte, será devolvida ao infrator.

Artº 154º - As mercadorias, objetos e semoventes levados ao depósito poderão ser retirados pelos infratores, desde que paguem a multa em que tenham incorrido, os impôstos em que por ventura incidirem com a prática do ato do qual resultou a apreensão e as despesas com a conservação ou trato da coisa ou semovente, de acôrdo com a Tabela Anexa nº 12.

Artº 155º - Se o objeto apreendido for de rápida deterioração será entregues às casas de assistência pública da cidade.

Título XVII

Do Impôsto Territorial Rural

Do Impôsto em Geral

Capítulo I

Da Incidência do Impôsto

Artº 156º - O Impôsto Territorial Rural, de competencia dos municípios, consoante o disposto na emenda constitucional nº 5, de 21 de Novembro de 1.961, estão sujeitos, em todo o Município, os imóveis situados na zona rural, assim considerada e fica fora do perímetro urbano.

§ 1º - Quando a linha perimétrica a que alude êste artigo, dividir o imovel em duas áreas distintas, uma urbana e outra rural, apenas quando a êste, será devido o impôsto.

§ 2º - O impôsto não incidirá sôbre sítios de áreas não excedentes a 12,10,00 has.; quando o cultive o seu proprietário só ou com sua familia, e, não possua outro imóvel.

§ 3º - O proprietário que se considerar favorecido pelo disposto no § anterior, requererá o reconhecimento do benefício instruindo o seu pedido com a prova de que satisfaz as condições estabelecidas naquele parágrafo.

§ 4º - A prova a que alude o § anterior, consistirá em atestado passado por dois contribuinte dêste impôsto, lançado no Município, com firma reconhecida. A dúvida que a lançadoria tiver, no tocante ao preenchimento das condições, será resolvida pelo Prefeito, cabendo, de sua decisão, recurso para a Câmara Municipal.

Capítulo II

Da Taxa do Impôsto

Artº 157º - O impôsto territorial rural será cobrado na base de Cr$. 250.00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) por alqueire de terra.

Capítulo III
Das Isenções e Reduções do Impôsto

Artº 158º - São isentos do impôsto:

a) - os imóveis pertencentes à União, ao Estado e ao Município

b) - os imóveis pertencentes às instituições beneficientes, - onde seja prestado socorro, tratamento ou assistência a infermos, decrépitos, orfãos desvalidos, como casas de misericórdia, hospitais, asilos, recolhimentos ou abrigos, desde que apliquem suas rendas no país. - E exclusivamente, nas finalidades previstas nos seus estatutos.

c) - às áreas ocupadas pelas linhas férreas, rodovias, estradas municipais e, bem assim, as faixas necessárias à passagem de linha transitória, digo, transmissoras de energia elétrica e telefone.

d) - as propriedades adquiridas com financiamento concedido pela Carteira de Colonização do Banco do Brasil S. A.

§ Único - As entidades referidas na alínea "b", será concedida a isenção, mediante requerimento provando:

a) - propriedade do imóvel;

b) - legalidade do pedido;

c) - certidão provatória de sua personalidade jurídica.

d) - atestado fornecido por autoridade competente de que vem realizando seus fins, especialmente do Serviço Social do Estado.

Artº 159º - Gozará da redução correspondente a 50% (cinquenta por cento) do impôsto a que estiver sujeito o imóvel rural da área não superior a 50 (cinquenta) hectares, de valor não excedente a Cr$. 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), registrado como bem de família, na forma do artº 73, do Código Civil.

§ Único - A concessão dêste benefício ficará sujeita a prova de legitimidade do pedido e posse do imóvel.

Artº 160º - As isenções ou reduções serão cassadas desde que se verifique que não correspondem à realidade, as declarações dos interassados ou dos documentos exigidos.

Artº 161º - Gozarão de redução de 40% (quarenta por cento) as áreas que provarem desde logo as seguintes condições:

a) - as que tiverem perfeitamente protegidas contra erosão de acôrdo com a técnica moderna;

b) - as áreas cobertas por florestas naturais ou secundárias, ou por floresta artificiais, qualquer delas com mais de 3 (três) metros de altura, desde que compreendam mais de 10% (dêz por cento de extensão total da propriedade;

c) - As áreas cobertas por floresta protetoras nos termos da legislação federal.

§ Único - As reduções dos itens "a" "b" e "c", dependerão, sempre, de requerimento anual dos beneficiados, na forma regulamentar própria e sujeito a vistorias.

Capítulo IV
Dos Contribuintes

Artº 162º - O impôsto será exigidos do proprietário pussidor ou ocupante de imóvel, sem que a sua arrecadação importe no recolhimento, por parte do Município, de qualquer direito real do contribuinte.

§ 1º - Os condôminos serão solidáriamente responsáveis pelo impôsto devido pela propriedade imobiliária em comum.

§ 2º - As empresas imobiliárias pagarão o impôsto pelos terrenos que possuirem, destinado a venda em lotes para construção, embora ainda loteados.

Titulo XVIII
Dos Lançamentos do Impôsto

Capitulo I

Dos processos dos lançamentos

Artº 163º - Os lançamentos serão feitos pela Diretoria de Finanças-Sessão-Lançadoria - tendo por baze as declarações imobiliárias devidamente revistas.

§ Unico - Os lançamentos revigorados anualmente prevalecerão para os exercícios subsequentes, enquanto não forem modificados ou alterados, nos casos e formas previstos nésta lei.

Artº 164º - Far-se-á inscrição de todos os contribuintes à vista das declarações imobiliárias e comunicações aos interessados, anotando-se, à medida que se verificarem as modificações sofridas do imóvel no curso do exercício.

Artº 165º - A Diretoria de Finanças, pela Secção Lançadoria, de posse dos dados modificativos, fará os novos lançamentos, os quais serão publicados em editais nas Secções Arrecadadora, em lugar acessível ao público, até o dia 30 de maio de cada ano e prevalecerão desde o exercício em curso.

§ 1º - A seu critério, o fisco remeterá diretamente ao contribuinte, pelos meios ao seu alcance, avisos de lançamentos.

§ 2º - Será substituida a comunicação pela fixação em edital, quando não fôr conhecido o endereço do contribuinte.

§ 3º - A falta de remessa ou recebimento do aviso não será em caso algum, motivo para o contribuinte deixar de cumprir as determinação désta lei, notadamente as que digam respeito ao pagamento do impôsto nas épocas regulamentares.

Artº 166º - O lançamento alcançará todos os imóveis rurais, ainda que não sujeito ao impôsto em virtude de isenção ou redução, os quais serão anotados em registro especial, organização de maneira a permitir fácil verificação do montante da isenção ou redução com relação as causas que as tenha determinado.

Artº 167º - O lançamento do impôsto é anual, alcançando o exercício anterior, quando fôr o caso.

§ Único - As modificações nos lançamentos dos impôstos, determinadas pela alienação do imóvel, no todo ou em parte, só vigorarão no exercício imediato aquele em que se operar a transferência da propriedade.

Artº 168º - Os lançamentos do impôsto, relativos a áreas que forem objetos de compromissos de compra e venda, já pagas ou que estejam sendo declaradas em nome do comprador, serão feitos no nome dêste e no do vendedor, ficando ambos responsáveis solidariámente e pelo pagamento.

Artº 169º - Nos lançamentos referentes a condomínios figurarão os nomes de todos os condôminos conhecidos.

Capítulo II
Das reclamações e recursos

Artº 170º - Os coletados poderão reclamar contra os lançamentos que julgarem lesivos de seus direitos.

Artº 171º - As reclamações serão dirigidas, por requerimento, a Sr. Prefeito Municipal.

§ 1º - As reclamações contra lançamentos em época normal, quando visarem modificação da importância lançada deverão ser apresentadas até 30 de maio.

§ 2º - Se os lançamentos forem feitos fora de época normal das reclamações deverão ser apresentadas dentro de 30 (trinta) dias, contados da data a que tenha sido publicada em editais.

Artº 172º - Os interessados poderão reclamar a restituição, no todo ou em parte, de impôsto ou multa, quando provarem que o pagamento era indevido e foi feito por erro.

Artº 173º - As reclamações e recursos em geral - não terão efeito suspensivo, mas, o impôsto e multa pagos indevidamente, por erro, serão restituidos sem qualquer desconto, servindo de instrumento de restituição o mesmo processo de - -

reclamação ou recurso.

§ Unico – As restituições far-se-ão anotando-se o numero do artigo de caixa do recibo passado pelo interessado e visado pela Tesouraria.

Titulo XIX

Da Arrecadação e Fiscalização do Impôsto

Capítulo I

Do tempo e modo de arrecadação

Artº 174º - O impôsto será arrecadado em duas prestações iguais, nos mêses julho e outubro.

Artº 175º – A arrecadação será feita com descontos de 20% (vinte por cento) se as prestações forem pagas mêses mencionados no – artigo anterior.

Artº 176º - Se o impôsto não tiver sido pago na forma do artigo 175º será arrecadado:

a) - sem desconto e sem multa, se pago até o dia 15 do mês seguinte;

b) - acrescido de multa de 10% (déz por cento) se pago – posteriormente;

c) - acrescido de multa de 20% (vinte por cento) se pago no exercício seguinte.

Artº 177º - Vencidas e não pagas as prestações do impôsto referente ao 1º semestre, considerar-se-á vencida a divida ao ano todo, iniciando-se a cobrança executiva.

Artº 178º – Quando os lançamentos feitos fora de épocas normais, com impositibilidade para o contribuinte alcançar os períodos – apropriados para o pagamento do impôsto devido, ser-lhe-á concedida a contar da expedição do aviso de lançamento ou afixação do edital, – a dilação de 45 (quarenta e cinco) dias, e o 2º de 15 dias, para que possa, em cada um dêles efetuar o pagamento com as vantagens respectiva – mente, do artigo 175º e da alínea "a" do artigo 176º, ficando depois –

de esgotada a dilação concedida, à multa de 10% (déz por cento).

Artº 179º - No caso do imóvel indiviso, poderá ser permitido a qualquer condômino a pagar o impôsto correspondente à parte ideal que lhe competir, quando assim o requeira, juntando os documentos que permitam a verificação de sua quota de comunhão (art: 165º).

Título XX

Das declarações imobiliárias

Capítulo I

Das obrigações dos proprietários

Artº 180º - Os proprietários de imóveis rurais serão obrigados a prestar, em relação aos mesmos, pela forma e nos prazos adiante estabelecidas, as declarações mencionadas nêste capítulo.

§ único - A lançadoria preencherá em ofício as declarações quando não prestadas em tempo hábil.

Artº 181º - As declarações mencionadas no artigo anterior serão prestadas, por escrito, em questionários modelo oficial.

§ 1º - Essas declarações, prestadas em 3 (três) vias, serão recebidas pela Lançadoria, fazendo o declarante, no ato da entrega, a exibição do Título de Direito sôbre o imóvel.

§ 2º - A entrega das declarações contra recibo, que será constituido pela última via, e não faz presumir aceitação dos dados apresentados.

§ 3º - O valor global dos imóveis, quando exigidos, será usado apenas como dado informativo, sem aplicação a outros fins, isento dessa forma o declarante das penalidades que no caso forem cabíveis.

Artº 182º - As declarações serão obrigatóriamente renovadas sempre que ocorrerem quaisquer modificações, quer tanto a área, quer tanto os proprietários de imóveis, serão apresentadas à Lançadoria dentro de 30 (Trinta) dias, contados da data da lavratura do respectivo instrumento sob pena de preenchimento e procedimento -

"ex-ofício" como dispõe o § único do artigo 180º.

§ Único - A entrega das declarações relativas às modificações que ocorrem será feita de acôrdo com o dispôsto nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior.

Artº 183º - Quando a propriedade for indivisa, a obrigação de prestar declarações incumbe a qualquer dos condôminos ou ao administrador da causa comum (Código Civil, art. 635, § 2º) respondendo no primeiro caso todos os co-proprietários, solidáriamente, pelo não cumprimento.

Artº 184º - 20% (vinte por cento) da arrecadação total do impôsto, em cada exercício, obrigatòriamente, serão aplicados na zona rural, em forma de construção e conservação de estradas municipais e vicinais, criação de escolas, assistência social e médica, na ordem de prioridade.

Título XXI

Impôsto Sôbre a Transmissão de Propriedade Imobiliária "Inter-Vivos".

Capítulo I

Da Incidência do Impôsto

Artº 185º - O impôsto sôbre transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos", será devido de acôrdo com as especificações e segundo as taxas estabelecidas pelo Decreto Estadual n. 22.022, de 31 de janeiro de 1.953 e Legislação Posterior.

Título XXII

Disposições Gerais

Artº 186º - Os impostos e taxas dêsta Lei, serão lançados:

1 - Territorial Urbano - em o mês de fevereiro;
2 - Territorial Rural - será em duas prestações iguais, nos mêses de julho e outubro;
3 - Impôsto Predial Urbano - em o mês de janeiro;

4 - Impôsto de Licença Sôbre:

a) - estabelecimentos comerciais, industriais e similares, em o mês de abril;

b) - ambulantes transitórios, no ato do lançamento, devendo pagar nessa ocasião o impôsto;

c) - veículos, em o mês de março;

d) - obras e edificações em geral, na data do despacho do Prefeito, pagando em seguida o devido impôsto;

e) - extração de areia, pedra e barro, em o mês de fevereiro;

f) - publicidades, em o mês de março;

g) - localização de negociantes no mercado, feiras, ruas e praças e outro lugares de servidão pública, na data do despacho do Prefeito, em cuja ocasião será pago o devido impôsto;

5 - Impôsto Sôbre Transmissão de Propriedade Imobiliária "Inter-Vivos", de acôrdo com o Decréto Estadual n. 22.022, de 31 de janeiro de 1.953 e Legislação Posterior;

6 - Impôsto Sôbre Jogos e Diversões, de conformidade com a Lei em vigôr;

7 - Taxas Rodoviárias Sôbre:

a) - Execução de Estradas de Rodagem, em mês de junho;

b) - Conservação de Estradas de Rodagem, em o mês de junho

8 - Taxa de Colocação de Guias e Sargetas, de acôrdo com a Lei em vigôr;

9 - Taxa de Remoção de Lixo Domiciliar, Escórias e Resíduos Domiciliares, juntamente com o Impôsto Predial Urbano;

10 - Taxa de Fiscalização de Serviços Diversos sôbre pesos, medidas e aparelhos de pesar e medir, em o mês de abril;

§ Único - Para expedição de guias sôbre lançamentos, pagará o interessado a importância de Cr$. 20,00 (vinte cruzeiros);

Artº 187º - Os ambulantes permanentes, como: leiteiros, verdureiros, doceiros, etc., renovarão suas licenças anuais em janeiro de cada ano, apenas com a exibição dos documentos mencionados no § 1º do artigo 30, désta Lei e da Licença do ano anterior.

Artº 188º - Nenhuma alteração de impôstos ou taxas, será feita por qualquer funcionário da repartição, sem o prévio despacho do Prefeito.

Disposições Transitórias

Artº 189º - Continuam mantidas as isenções legais que não tenham sido expressamente revogadas.

Artº 190º - Esta lei entrará em vigôr na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Meridiano, 13 de Junho de 1.964

Joaquim Chaves Casquet
Joaquim Chaves Casquet.
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nésta Secretária na data supra.

José Guilherme da Silva
José Guilherme da Silva
Secretário Municipal

Tabela Anexa nº 1

Referente a Licença Especial para Abertura de Estabelecimentos Comerciais e Industriais, Fora de Hora Regulamentar:

1 -	Varejista de Peixes	500,00
2 -	Varejista de carne fresca (açougue)	2.000.00
3 -	Comercio de pão e biscoito (padaria)	2.500.00
4 -	Varejista de frutas e verduras	500,00
5 -	Varejista de aves e ovos	500.00
6 -	Farmácias	2.500,00
7 -	Comercio de flores e coroas	500,00
8 -	Posto de acessórios de autos	4.000,00
9 -	Alugadores de bicicletas e similares	1.500.00
10 -	Restaurantes	2.000.00

11 - Bares e botequins 1ª classe	2.500,00
12 - " " 2ª "	1.500,00
13 - Cafés	1.000,00
14 - Leiterias	1.200,00
15 - Confeitarias e sorveterias	2.500,00
16 - Bilhares	2.500,00
17 - Charutarias	1.500.00
18 - Fábricas e oficinas	1.500.00
19 - Salões de barbeiros e cabeleireiros	1.200.00

As fábricas e oficinas:
De acôrdo com a força motriz das maquinas, a razão de Cr$. 30,00 por H.P., e numeros de operários como segue:

a) - 1 operário	300,00
b) - 2 operários	350.00
c) - 3 operários	450.00
d - 4 operários	600,00
e - 11 operários	1.500.00
f - 20 a 40 operários	5.000,00

Tabela Anexa nº 2

Impôsto de Licença Sôbre Negociantes Ambulantes
Por dia
Art.

Acolchoados	100,00
Algodão - Tecidos de	100.00
Amolador	100.00
Alhos, batatas, cebolas e semelhantes	100,00
Amendoim torrado, pipocas, etc.	100.00
Arames e objeto de arame	100.00

Arreios nacionais e extrangeiros	100.00
Artigos de vime e semelhantes	100,00
Armarinhos	100.00
Aves e ovos:	
Matador	100.00
Exportador	160.00

B

Barbantes e cordas	100,00
Balas e confeitos	100.00
Bengalas	100.00
Bilhetes de loterias	100,00
Biscoitos bolachas e pães	100.00
Bonés e chapéus	100,00
Bolsas, espelhos, etc.,	100,00
Barbeiros não estabelecidos	100,00
Bordados e rendas	100,00
Brinquedos e quinquilharias	100,00
Brins, casemiras, etc.	100.00

C

Calistas sem gabinete	100,00
Carvão vegetal	100.00
Casemiras, roupas feitas, brins, etc.	100,00
Caldo de cana - vendido em veículos	100.00
Chapéus e guarda-chuvas	100,00
Charutos	100,00
Cigarros - anual	2.000,00
Canetas, lápis, cartões postais	100.00
Calçados	100.00
Couros curtidos e artefatos de couro	1.00;00

Camelots	1000.00

"D"

Doces de tabuleiros	100.00
Doces em carrinhos	100.00
Dentifrícios e semelhantes	100,00

"E"

Empalhador de cadeiras	100.00
Envelopes, papeis, livros, etc.	100,00
Espelhos, vidros, quadros, estampas, etc.	100.00
Engraxates – maiores de 16 anos	20,00
Escovas, vassouras e espanadores	100,00

"F"

Fazenda em geral	
Com veículo motorizado	2.000.00
Sem veículo motorizado	100,00
Fumos e cigarros	100.00
Figuras em gesso ou barro	100.00
Fotografias	100.00
Forragens	100.00
Fotógrafos	100.00
Ferragens	100,00
Folheiro e caldereiro	100,00
Ferro velho, chumbo, cobre (comprador)	100.00

"G"

Gaiolas	100.00

Garrafas e barris	100, 00
Gelo, gelado ou sorvete	100, 00
Gêneros alimentícios	100, 00
Gravador	100, 00
Gêneros alimentícios - por ano	2.000, 00
Gravatas e meias	100, 00

H

Hortaliças e ervas medicinais	100.00

I

Imagens, quadros, estampas e semelhantes	100.00

L

Lenha - vendedor	100,00
Louças, cristais, vidros, etc.	100,00
Linhos-tecidos de	100,00
Leite - vendedor	100,00

O

Oleados, óleos e tintas	100,00
Objetos de iluminação	100,00

P

Passaros	100.00
Passoca	100, 00
Pé de moléques	100, 00
Peixes	100.00
Perfumarias	100.00

Pasteis, empadas e coxinhas	100,00
Pamonhas	100,00

Q

Quinquilharias	100,00
Queijo, creme, manteiga	100,00
Quadros, estampas ou semelhantes	100,00

R

Roupas feitas	100,00
Relógios	100,00
Rendas	100,00
Rêdes e semelhantes	100,00

S

Sabão	100,00
Sedas - tecidos de	100,00
Salchichas	100,00
Salames ou mortadelas	100,00
Idem anual	2.000,00
Suspensório	100,00
Sabonetes	100,00

T

Toucinhos e banhas	100,00
Tamancos	100,00
Tripas e semelhantes	100,00

V

Velas	100.00
Vidros e cristais	100.00
Vimes - artigos de	100,00

Ambulantes que no exercício da profissão usem veículos motorizado:

Por dia	1.000,00
Por quinzena	6.000.00
Por mês	7.500.00

Tabela Anexa nº 3

Impôsto de Licença Sôbre Veículos

Tração Mecanica - Condução Pessoal

1 - Automóveis de aluguel	1.500,00
2 - Automóveis particulares	2.000,00
3 - Motocicletas	1.000,00
4 - Auto - onibus	3.000,00
5 - Bicicletas	600.00
6 - Autocaminhões:	
3.500 Kg	1.500.00
6.000 Kg	2.000,00
9.000 Kg	3.000,00

Veículos com Placa de Experiência

7 - Por placa	200.00

Tração Animal - Para Condução Pessoal

8 - Veículos de 2 rodas, aro de borracha	200,00
9 - Veículos de 2 rodas, aro de madeira ou metálico.	200,00
10 - Veículos de 4 rodas (trolys)	400,00

Tração animal Para Carga

11 - Carroças de 2 rodas, aro de borracha ou pneumáticos	200,00
12 - Carroças de 2 rodas, com molas, aro de madeira ou metálicos	200.00
13 - Carroças de 2 rodas, aro de borracha ou pneumáticos, carga de 600 kg	200,00
14 - Carroção de bois, 2 rodas, aros de madeira ou metálicos	400.00
15 - Bicicletas	600,00

Tabela Anexa nº 4

Obras e Edificações em Geral, Construções de Andaimes, Armações, Coretos e Depósitos de Materiais nas Vias Públicas

1 - Construções e edificações em geral, andar térreo - por metro quadrado	5.00
2 - Construções e edificações em geral, - andares superiores - por metro quadrado	4.00
3 - Construções e edificações de garage, - sem divisão - por metro quadrado	4.00
4 - Reforma de prédios, etc. por metro quadrado	4.00
5 - Andaime, por metro linear até 4 mêses	8.00
6 - Andaime por metro linear até 4 mêses ou por fração	20.00
7 - Depósito de materiais de construção (madeiras, pedras, tijolos, etc.) por trimestre	200,00
8 - Armações decorativas, por metro linear ou fração - ano	400,00
9 - Coreto, por metro quadrado, por dia	40.00

Tabela Anexa nº 5

Extração de Barro, Pedra e Areia

Ano	3.000,00

Tabela Anexa nº 6

Afixação, Colocação ou Distribuição de Letreiros, Emblemas, Placas, Anúncios, Toldos, Cartazes e - Qualquer outros Meios de Publicidade

Internos:

1-	Anúncios em panos de boca de teatro ou outras casas de diversões, por metro quadrado ou fração — ano	100,00
2-	Anúncios de casas de diversões, estações, interior de estabelecimentos comerciais, quando estranhos do próprio - negociante, por metro quadrado - ano	50.00
3 -	Anúncios na parte interna dos estabelecimentos, em tampa-vista, mesas, cadeiras, geladeiras ou outro móvel, cada ano	50.00

Externo sem Saliência:

4 -	Anúncios em painéis, referentes à diversões exploradas no local, colocados na parte - externa dos teatros e casas de diversões - de qualquer dimensão e número	100,00
5-	Anúncios de películas cinematográficas, colocados na parte externa dos cinemas, qualquer dimensão e número	100.00

6 - Placas ou tabuletas com letreiros, colados na platibanda, telhados, paredes, - andaimes ou tapumes e no interior dos terrenos, por qualquer sistema, desde - que sejam vistas da via pública - por metro quadrado ou fração – ano 100,00

7 - Anúncios pintados nas paredes ou muros, em lugar diverso do estabelecimento do anunciante, por metro quadrado ou fração - ano 20.00

8 - Anúncios dos próprios estabelecimentos, pintados ou em relevo, na parte externa das portas ou paredes, cada 200,00

9 - Anúncios em mesas, cadeiras ou bancos na via pública, onde for permitido, cada 150.00

10 - Anúncios de liquidação, abatimentos de preços, ofertas especiais e dizeres semelhantes, festas populares, como de fim de ano e carnaval, na parte externa dos estabelecimentos, por mês 100,00

11 - Anúncios em lugar diverso do estabelecimento, mês 100.00

12 - Placas, ou letreiros indicadores de Companhias de seguros, administração, construção, financiamentos, médicos, etc., qualquer que seja a sua dimensão, cada 400.00

Externos Com Saliências

13 - Placas ou tabuletas, existentes, com letreiros, figuras, emblemas ou escudos, dependendo - de autorização prévia, cada 500,00

14 - Anúncios atravessando a rua, quando permitido 350,00

Luminosos

15 - Anúncios luminosos em geral 350.00

Mostruários

16 - Colocados na parte externa dos edifícios, quando permitidos - cada 200.00

Nas Vias Públicas

17 - Folhetos - anúncios impressos por qualquer forma, lançados nas via pública - por vez 100.00

18 - Idem, idem, distribuidos em mãos na via pública, por vez 100.00

19 - Anúncios pintados no calçamento dos logradouros públicos, quando permitido, por número. 300.00

20 - Letreiros, anúncios e placas colocados ou pintados nas partes externas ou internas dos veículos que qualquer - espécie, referentes aos seus proprietário ou não, por ano, cada veículo 300.00

Tabela Anexa nº 7

Impôsto Territorial Urbano
(Terreno não edificado em aberto)

1 - Primeira Zona - metro linear 100.00

2 - Segunda Zona - metro linear 60.00

3 - Terceira Zona - metro linear 40.00

Todas as Zonas

4 - Terreno não edificado, fechado com muro ou gradil sôbre muro, metro linear 15.00

Tabela Anexa nº 8

Impôsto Sôbre Jogos e Diversões

1 - Cinemas ou teatros, funcionamento anual	5.000,00
2 - Circo, cada função	600,00
3 - Parque de Diversões:	
por 10 dias	1.000,00
por 30 dias	3.000,00
4 - Jogos esportivos, por partida	300.00
5 - Bailes públicos, cada	500,00
6 - Bailes carnavalescos, cada	600,00
7 - Clubes legalizados, anual	5.000,00
8 - Casa de jogos de pules, anual	10.000,00
9 - Hipódromo com entradas pagas, anual	10.000,00
10 - Boccie - 2 campos, funcionamento anual	2.500,00
11 - Snoocker, por mesa anual	2.500,00

Tabela Anexa nº 9

Impôsto Sôbre Indústrias e Profissões

Será cobrado de conformidade com as tabelas consolidadas, constantes de leis e regulamentos, instruções, determinações administrativas estaduais, expedidas, que ficam mantidas, passando a fazer parte integrante dêsta Lei e será calculada segundo a atividade do contribuinte, com báze nos elementos colhidos.

Tabela Anexa nº 10

Da Taxa de Aferição de Balanças, Pesos e Medidas e Aparelhos ou Instrumentos de Pesar e Medir.

1 - Balança Felizola	500,00
2 - Balança comum	400.00
3 - Balança "Hoover" 200 kg.	800,00
Balança "Hoover" 500 a 1.000 kg	1.500.00
4 - Metro, cada	150.00

Tabela Anexa nº 11

Emolumentos de Expediente de Petições, Papeis, Alvarás Certidões, Deligências, Vistorias, Exames, Concessões, Contratos, Nomeações, Licenças, Alinhamentos, Nivelamentos e Outros de Economia do Município.

1 - Requerimentos, petições e memoriais	30,00
2 - Buscas de papeis arquivados ou parados	
De mais de 6 mêses até 5 anos	30.00
De mais de 5 anos até 10 anos	200.00
De mais de 10 anos até 20 anos	200,00
De mais de 20 anos, indicando o interèssado o ano e mês.	250.00
Não sendo encontrado o papel ou registro ou, ainda, qualquer assentamento, metade das taxas acima	
3 - Certidões narrativas indempedentemente da busca que se pagará em separado	600,00
4 - Certidões "verbum-adverbum" além de Cr$. 0,50 por linha e independente da busca.	600,00
5 - Desentranhamento ou restituição de papeis	

além da raza da certidão que fica em lugar e da busca que será paga à parte	200.00
6 - Alvarás	500.00
7 - Alvarás para continuação de funcionamento de estabelecimentos de qualquer espécie, cada exercício	200,00
8 - Têrmo de contrato celebrado entre a Prefeitura e particulares, cada um	200,00
9 - Vistorias a pedidos das partes, fora do Perímetro urbano:	
Até 6 quilômetros de distância da cidade	500.00
Mais de 6 até 20 quilômetros	1.000.00
Mais de 20 quilômetros até 30	1.200.00
Mais de 30 até 50 quilômetros	1.500.00
Mais de 50 Cr$. 10,00 por quilômetro	
15- Cópia de planta	200,00
16. Alinhamento, por metro linear	30.00
17 - Nivelamentos, por metro	200.00
18 - Transferências de impôstos ou taxas	500,00
19 - Atestado de interêsse particular	500.00
20 - Têrmo de venda ou arrematação	500,00
21 - Qualquer outro termo não especificado	500.00

Tabela Anexa nº 12

Renda do Depósito Municipal

1 - Depósito de animal cavalar, muar ou bovino	400,00
2 - Depósito de animal suino, lanígero ou caprino	250.00
3 - Depósito dos mesmos, cada dia que excercer	30.00
4 - Depósito de veículos:	
a) - de tração animal	600.00
b) - de tração mecânica	800.00

5- Depósito de qualquer mercadoria, por dia até 20 quilos	30,00
6 - Idem, idem de mais de 20 quilos, por quilo	3.00

Tabela Anexa nº 13

Matadouro Municipal

Serão cobradas de acôrdo com a Lei especial que rege o assunto.

Tabela Anexa nº 14

Renda do Cemitério Municipal
Das Taxas

1 - De cada placa numerada de sepultura	300.00
2 - De cruzes nas quadras gerais	400.00
3 - De enterramento de adulto em terreno comum	300,00
4 - De enterramento de menor em terreno comum	150.00

Dos Arrendamentos de Terrenos

5 - Por 10 anos	1.500,00
6 - Por 20 anos	2.500.00
7 - Por 30 anos	3.500.00
8 - Sepulturas perpétuas cada	5.000,00
9 - Anuais para os terrenos depois de vencidos os seus prazos, por ano ou fração	300,00
10 - Exumação requerida por interessado	800,00
11 - Idem para outro município	1.000,00
12 - Construção de carneiras:	
a) - adultos	300.00

b)- menores 250.00

13- Construção de túmulos:

a)- adultos 800.00

b)- menores 700.00

Joaquim Chanes Casquet

Joaquim Chanes Casquet = Prefeito Municipal